



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000287-89.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Louders das Dores Ferreira Lino**
 Requerido: **Radio e Televisão Modelo Paulista Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter contratado junto à ré a prestação de serviços de TV a cabo, pagando a primeira mensalidade daí decorrente.

Alegou ainda que a ré não instalou o equipamento pertinente e, em consequência, não prestou os serviços ajustados.

A ré em contestação não impugnou específica e concretamente os fatos articulados pela autora.

Ao contrário, confirmou o pedido de rescisão do contrato por parte da autora (fl. 11, penúltimo parágrafo), reconheceu que isso já consta de seus controles (fl. 13, primeiro parágrafo) e ressaltou que somente não procedeu à devolução do valor pago porque aguarda o preenchimento de determinado formulário (fl. 12, segundo parágrafo).

É o que basta ao acolhimento da pretensão deduzida, o que inclusive evitará futuras dúvidas a propósito dos fatos em apreço.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes e para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 59,98, acrescida de correção monetária, a partir de novembro de 2014 (época do pagamento de fl. 02), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Torno definitiva a decisão de fls. 06/07.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 11 de fevereiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**